

Eleições 2022 | Opinião pública

# Questionamento judicial de pesquisas eleitorais cresce mais de 580% neste ano

— Progressistas, PSDB, União Brasil e PT foram os partidos que mais ajuizaram ações; associação das empresas diz que 37% dos levantamentos em 2022 foram autofinanciados

ISABELLA ALONSO PANHO  
ESPECIAL PARA O ESTADÃO  
MARCELO GODOY  
PEDRO RAMOS

Em um pleito marcado pelo acirramento político, o número de pesquisas eleitorais aumentou significativamente neste ano. Ao mesmo tempo, as sondagens viraram alvo de crescentes questionamentos judiciais. De 1.º de janeiro a 30 de agosto de 2022, o volume de processos em todo o País saltou 582% na comparação com o mesmo período de 2018, mostra levantamento feito pelo Estadão em Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Focos de reiterados ataques para desacreditar resultados, os instrumentos criados para oferecer esclarecimentos aos eleitores em disputas locais e nacionais entraram na mira de partidos políticos. Há quatro anos, eram 73 ações relacionadas a pesquisas eleitorais, ante ao menos 498 já ajuizadas em 2022 – um volume quase sete vezes maior.

Na Justiça Eleitoral, o número de processos cresceu em um ritmo muito mais acelerado do que a quantidade de levantamentos realizados. Enquanto no mesmo período de 2018 foram feitas 697 pesquisas, neste ano a marca já ultrapassou as 1.300 sondagens eleitorais aplicadas em todo o País, quase o dobro.

**Riscos**  
**Modalidade de pesquisa autofinanciada pode abrir margem para fraudes e a prática de caixa 2**

Hoje, uma a cada 2,6 pesquisas é questionada na Justiça. As suspeitas são as mais diversas. Põem-se em xeque desde eventual falta de registro na Justiça Eleitoral a até supostos dados fraudulentos. Na avaliação do advogado constitucionalista Felipe Mendonça, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), o excesso de processos prejudica a democracia. “(Ajudicialização) enfraquece a lógica da segurança jurídica e a credibilidade das instituições públicas”, disse Mendonça.

No País, Progressistas (76), PSDB (72), União Brasil (70) e PT (66) foram os partidos que mais questionaram pesquisas eleitorais neste ano, o que inclui também coligações locais como autoras de processos. O Nordeste lidera, com 283 ações, e os processos de Progressistas, PSDB e União Brasil também se concentraram nesta região. Procuradas, as legendas não responderam aos questionamentos da reportagem.

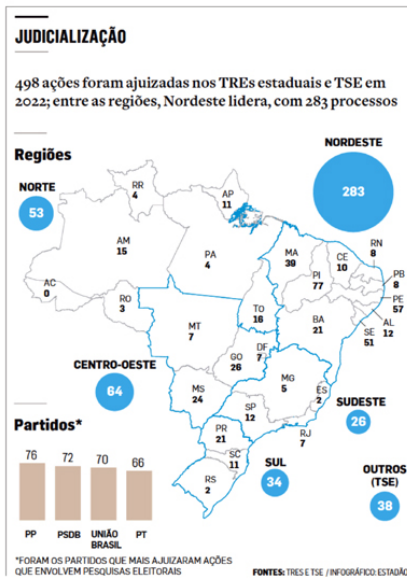
**MARKETING.** Além de subsidiar eleitores com informações, as sondagens têm efeito sobre as campanhas políticas, que podem usá-las como instrumentos de marketing. Nessa corrida, partidos e candidatos não querem ficar para trás.

“Muitas pesquisas são compradas por candidatos e partidos. Isso gera um comércio de execução de pesquisas feitas sem os rigores metodológicos adequados para ter resultados consistentes”, afirmou o presidente do Conselho Federal de Estatística (Confe), Mauricio Gama. “As pesquisas induzem muito o eleitorado, principalmente as grandes”, disse ele, que ponderou não questionar os levantamentos de credibilidade feitos por institutos com histórico de qualidade na aferição de intenções de voto.

**AUTOFINANCIAMENTO.** Entretanto, preocupam também as chamadas pesquisas autofinanciadas – quando as empresas se declaram perante o TSE como contratantes do próprio levantamento. Nessa modalidade, não é obrigatório apresentar nota fiscal. Sondagem feita pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) apontou que 37% dos levantamentos registrados em 2022 foram autofinanciados.

Segundo especialistas consultados pelo Estadão, essa modalidade pode abrir margem para fraudes e a prática de caixa 2, uma vez que a transparência fica vulnerável. “Particularmente, não acredito em autofinanciamento. Ninguém trabalha de graça”, afirmou Gama.

Já Gabriel Marchesi Lopes, presidente do Conselho Regional de Estatística da 4.ª Região (Conre-4), responsável pela Região Sul, chamou a atenção para os preços dos levantamentos autofinanciados, geralmente



**Para entender**  
**Como identificar se o levantamento é confiável**

● **Registro**  
Durante o período de campanha eleitoral não são permitidas pesquisas, nem sequer enquetes, que não estejam registradas previamente na Justiça Eleitoral. O registro gera um número que pode ser consultado por qualquer pessoa no site do TSE em “consulta às pesquisas registradas”.

● **Financiamento**  
Os institutos de pesquisa devem, obrigatoriamente, disponibilizar com os resultados da pesquisa o valor do investimento e quem a solicitou – identificando o contratante com CPF e CNPJ. Essa é a regra estabelecida pela resolução n. 23/2019 do TSE.

● **Divulgação**  
Outra forma de garantir que uma pesquisa eleitoral é confiável é checar o veículo de imprensa que a noticiou o levantamento.

te mais baratos. Uma pesquisa para governador custa, em média, R\$ 50 mil, valor que pode variar de acordo com o plano de amostra e a metodologia. “Vi pesquisas por R\$ 7 mil em todo o Estado. Isso mal paga os honorários do responsável técnico, quem dirá do restante da equipe”, disse Lopes.

Antes da elaboração das normas que disciplinam as eleições deste ano, o Conre-4 encaminhou para uma audiência pública do TSE pedido de vedação das pesquisas autofinanciadas. A proposta foi rejeita-

da. De acordo com o voto do relator na Corte, ministro Edson Fachin, “não há previsão de sanção na Lei n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições) aplicável à hipótese específica. Portanto, em caso de detecção de fraude, tocará aos órgãos apropriados a sua apuração”.

No Congresso, tramita o Projeto de Lei n.º 5.484/2020, de autoria do deputado Célio Studart (PSD-CE), cujo objetivo é proibir a modalidade autofinanciada de pesquisa. Para o parlamentar, falta segurança nas informações obtidas. “Po-

dem ser criados cenários que não condizem com a realidade”, afirmou, na justificativa.

**TECNOLOGIA.** A proliferação de pesquisas – sejam autofinanciadas, sejam contratadas – deve-se ao fato de o custo dos levantamentos ter caído muito com a profusão de novas tecnologias. Antes, as sondagens só podiam ser feitas presencialmente. “O Brasil é o único País que ainda faz pesquisa presencial. A questão não é se ela é presencial ou por telefone. Ela precisa ser bem feita”, disse o cientista político Antonio Lavareda, diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe).

Para ele, o fenômeno faz os eleitores serem bombardeados com sondagens sem que tenham tempo de verificar a diferença e o tipo de abordagem – as perguntas feitas em cada pesquisa. “A responsabilidade dos veículos tradicionais de imprensa é traduzir as abordagens das pesquisas para os eleitores. Como em qualquer atividade existe o joio e o trigo.”

Lavareda destacou, ainda, a importância de se verificar como cada instituto se saiu nas eleições passadas. “É preciso ver se o instituto errou a fotografia. Pesquisa não é prognóstico, mas precisa revelar a tendência”, afirmou. Além disso, deve-se averiguar se as pesquisas têm recall do voto no segundo turno de 2018. “A amostra pode ser representativa do ponto de vista demográfico, mas pode ter bolsanarista ou petista demais.”

**INVESTIGAÇÕES.** Apesar de todos os alertas, ainda há poucas investigações sobre os levantamentos. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público Federal (MPF), são 13 as ações judiciais no País, de autoria ou com a participação do órgão, com questionamentos a pesquisas, que contemplam tanto outros temas como também o autofinanciamento.

Em 2018, foram registrados dez procedimentos. Porém, em nota, o órgão diz que “esses dados podem não corresponder à totalidade de ações judiciais em que o MPF atuou, em razão de eventuais inconsistências na alimentação do sistema e da possível existência de casos sigilosos”. ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 6